

## O CAMARADA DE UM AMOR SEM NOME: MEDO E DESEJO NA UNIÃO SOVIÉTICA (1917-1934)

Diego Santos Vieira de Jesus\*

**Resumo:** *O objetivo deste artigo é propor o reexame das explicações mais tradicionais sobre a posição do governo soviético com relação à homossexualidade masculina de 1917 a 1934. O argumento central aponta que a descriminalização da sodomia nos primeiros anos da Revolução Russa não significava que a homossexualidade masculina deixara de ser vulnerável à perseguição. Gradativamente, o mito de que a Rússia era uma nação “inocente” acerca da homossexualidade masculina ajudava a construir a imagem da heterossexualidade universal e pura como um padrão natural no tecido social, de forma que a homossexualidade masculina era paulatinamente relegada à Europa Ocidental – vista como reprodutora das “doenças da civilização” – e ao Oriente, concebido como “exótico” e “atrasado”. A criminalização da homossexualidade masculina a partir do governo de Stalin atuou constituindo a identidade da União Soviética como um Estado repressor. Porém, a permanência da subcultura homossexual masculina na União Soviética mostrava a incompletude do aparelho de construção estatal.*

**Palavras-chave:** *União Soviética; homossexualidade; Estado; identidade.*

*But the best flower of our shallow people is called like no other to dance the dance of impossible love and to sing of it sweetly. (Yevgeny Kharitonov, The leaflet)*

Grande parte dos historiadores e cientistas sociais (LAURITSEN; THORSTAD, 1976; ADAM, 1987; NORTON, 1997) sustenta que a União Soviética definiu uma orientação revolucionária para a política a ser adotada em relação aos homossexuais. A descriminalização da homossexualidade masculina nos primeiros anos da Revolução Russa sinalizava, na visão de tais especialistas, mudanças substanciais nos direitos criminal, de família e de propriedade. Tal política “esclarecida” minava a regulação religiosa da sexualidade pelo regime czarista. A recriminalização posterior da sodomia durante a virada reacionária do governo de Josef Stalin representava, assim, uma degeneração do socialismo desenvolvido por Vladimir Lenin e Leon Trotsky. Contudo,

---

\* Professor adjunto do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

recentemente, a releitura de obras como a de Karlinsky (1976, 1982) permitem reconsiderar essas colocações ao observar que a política czarista sobre a homossexualidade era mais tolerante do que concebe grande parte da literatura, além de verificar que a Revolução Russa e o regime soviético teriam sido hostis aos homossexuais masculinos. Todavia, no mundo bipolar, o anticomunismo de autores como Karlinsky afastou-os de muitos autores liberais que examinaram a questão. Uma investigação mais acurada da política da União Soviética em relação aos homossexuais no Ocidente foi refém dos esforços políticos durante a Guerra Fria.

Naquele momento, pesquisadores ocidentais tinham pouco como avançar nas suas pesquisas, tendo em vista que os controles soviéticos de informação – os quais incluíam restrições de vistos, limitação de acessos a arquivos e uma concepção dogmática de tópicos de pesquisa “adequados” – impediam maior acesso à informação. A repressão política impedia que os cidadãos soviéticos auxiliassem estrangeiros na busca de materiais relevantes ou dessem declarações que pudessem servir às pesquisas de tais especialistas. Mesmo com o fim do regime comunista, a pesquisa na Rússia continua complicada em face de limitações como a falta de informatização de bibliotecas e o excesso de burocracia para o acesso aos arquivos (HEALEY, 2002, p.349-350). Porém, os dados disponíveis já tornaram possível uma revisão de algumas das principais análises produzidas durante a Guerra Fria acerca da posição do governo soviético quanto à homossexualidade masculina, dos elementos que definiram essa posição e das suas conseqüências.

O objetivo deste artigo é propor o reexame das explicações mais tradicionais sobre a posição do governo soviético com relação à homossexualidade masculina de 1917 a 1934. O argumento central aponta que a descriminalização da sodomia nos primeiros anos da Revolução Russa atendia ao interesse de diferenciar o aparato institucional construído na União Soviética em relação ao da época czarista e aos das sociedades européias burguesas daquele momento. Porém, tal descriminalização não necessariamente significava que a homossexualidade masculina deixara de ser vulnerável à perseguição. A sua crescente condenação funcionava como um meio de conter a oposição interna ao poder estabelecido e de eliminar a influência externa desestabilizadora do Estado. Gradativamente, o mito de que a Rússia era uma nação “inocente” acerca da homossexualidade masculina ajudava a construir a imagem da

heterossexualidade universal e pura como um padrão natural no tecido social, de forma que a homossexualidade masculina era paulatinamente relegada à Europa Ocidental – vista como reprodutora das “doenças da civilização” – e ao Oriente, concebido como “exótico” e “atrasado”. A criminalização da homossexualidade masculina a partir do governo de Stalin atuou constituindo a identidade da União Soviética como um Estado repressor. Porém, a permanência da subcultura homossexual masculina na União Soviética mostrava a incompletude do aparelho de construção estatal. A seguir, discutirei as condições de possibilidade das posições soviéticas quanto à homossexualidade masculina na Rússia Imperial. Na seção seguinte, examinarei a posição do governo soviético de 1917 ao início da era stalinista com relação à homossexualidade masculina e, antes de tecer as considerações finais, investigarei as principais transformações – e os traços de continuidade – na visão do governo de Stalin quanto ao tema.

### **O lado H do desejo: a “liberdade relativa” na Rússia Imperial**

Segundo Kon (1995), as políticas soviéticas e pós-soviéticas em relação à homossexualidade podem ser divididas em cinco momentos. De 1917 a 1933, observou-se a descriminalização da sodomia na Rússia e a tolerância relativa aos homossexuais masculinos, embora a homossexualidade fosse oficialmente rotulada como uma doença. De 1934 a 1986, a sodomia foi recriminalizada, e a homossexualidade masculina foi combatida com repressão e discriminação. De 1987 a 1990, teve-se a abertura das discussões públicas sobre o status da homossexualidade a partir de um ponto de vista científico e humanitário. De 1990 a maio de 1993, homens e mulheres homossexuais tomaram a causa, resultando na politização maior da questão da homossexualidade na sociedade russa. A partir de junho de 1993, a homossexualidade masculina foi descriminalizada, e centros, publicações e organizações gays e lésbicos começaram a se desenvolver, apesar da permanência da discriminação social e da condenação de relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Porém, é preciso examinar com mais cuidado o primeiro momento em foco, tendo em vista que Kon parece incorrer em simplificações excessivas na caracterização do período que reforçou as condições de possibilidade para a exclusão dos homossexuais masculinos na Rússia,

além de marginalizar alguns dos fatores constitutivos dessas condições antes mesmo da Revolução Russa de 1917 e da criação da União Soviética em 1922.

A Rússia Medieval era aparentemente tolerante à homossexualidade masculina, e há inclusive evidência de amor homossexual na vida de santos no Principado de Kiev no século XI. Os atos homossexuais eram concebidos como pecados pela Igreja Ortodoxa, mas não havia restrições legais contra eles naquela época. Na Moscóvia dos séculos XVI e XVII, eram visíveis demonstrações de afeto homossexual entre homens de todas as classes. Apenas durante o reinado de Pedro, o Grande, no século XVIII, foram desenvolvidas as primeiras leis contra atos homossexuais na Rússia, mas em estatutos militares aplicados aos soldados. Posteriormente, o Código Penal incluiu o Artigo 995, que tornava o intercuro anal entre homens um ato criminoso que poderia ser punido com exílio e trabalhos forçados na Sibéria por até cinco anos. Contudo, alguns dos intelectuais mais relevantes do século XIX mantinham uma vida homossexual ou bissexual relativamente aberta, dentre os quais cabe citar o compositor Peter Tchaikovsky (MOSS, 1999, p.756-7).

Até que a repressão à homossexualidade masculina fosse levada ao extremo na metade da década de 1930 na União Soviética, a sexualidade era consideravelmente menos regulada na Rússia do que em outras partes da Europa. A fraqueza comparativa das ciências médicas no Império Russo e a relutância do Estado czarista em desdobrar recursos policiais para perseguir homossexuais masculinos permitiram uma maior liberdade para a exploração e o desenvolvimento de um escopo complexo e plural de identidades sexuais. Era possível observar uma relativa flexibilidade no período imperial, de forma que a emergência de “paisagens sexualizadas” nos centros urbanos e os rituais de contato e de socialização por meio de sinais e gestos facilitaram a criação de uma subcultura homossexual masculina no Império Russo (HEALEY, 2001, p.48). As maiores industrialização e urbanização do Estado no fim do século XIX contribuíram para o aparecimento dessa subcultura nas grandes cidades russas, principalmente nas saunas, onde práticas sexuais entre homens eram desenvolvidas e a prostituição tornou-se um componente integral das relações entre eles. Outros exploravam a privacidade da esfera doméstica para desenvolver relações emocionais e sexuais no contexto do que Healey (2001, p.30) chama de “poética da

homossexualidade”. A Rússia pré-revolucionária era, assim, caracterizada por uma atitude relativamente indulgente em relação às práticas sexuais entre homens.

Defendendo suas prerrogativas normativas, o Estado czarista não se mostrava receptivo ao discurso disciplinar desenvolvido pela burguesia e pelas sociedades liberais, de forma que a perseguição ativa de homossexuais não era uma prioridade para a política da Rússia czarista, ao contrário das suas contrapartes francesa e alemã, que empregavam técnicas de vigilância ativa contra homossexuais masculinos. As relações de patronagem e a aversão ao escândalo na elite russa combinaram-se para garantir que a sociedade preservasse a discrição e a conciliação nas questões relacionadas à homossexualidade masculina (HEALEY, 2001, p.93). Embora tivesse sido criada uma legislação proibindo a sodomia – entendida como intercurso anal entre homens e considerada uma ofensa pelo Código Penal czarista redigido em 1845 e reformado em 1885 (ENGELSTEIN, 1995, p.157) –, a homossexualidade masculina era pouco controlada e inclusive se tornava um tema social e literário cada vez mais relevante no início do século XX. Como destaca Engelstein (1995, p.156-157), não se deve conceber a era czarista como uma “época áurea” de total aceitação em relação aos homossexuais masculinos. Mesmo que o controle fosse reduzido, a sodomia era oficialmente punida com a perda de direitos civis e servidão penal de quatro a cinco anos, e aqueles culpados de sodomia que eram cristãos eram sujeitos a punições religiosas pelas autoridades eclesiásticas. O Artigo 996 do Código Penal ampliou a pena para perda de direitos e exílio em campos de trabalho forçado de nove a doze anos se o ato fosse acompanhado de violência ou realizado contra menores de idade ou deficientes mentais (ENGELSTEIN, 1995, p.157).

Em 1880, a revisão do Código Penal foi necessária em face da progressiva incorporação de princípios legais mais modernos desde a liberação dos servos por Alexandre II e as reformas judiciais de 1864. Permeado pelas intenções modernizantes do comitê responsável por sua revisão, o novo Código foi aprovado oficialmente em 1903, mas não na sua totalidade. Ele removiu algumas antigas medidas com relação às ofensas sexuais. As penalidades religiosas no caso dos sodomitas cristãos, por exemplo, foram removidas, mas, nos outros aspectos, o texto preservava os parâmetros do Código de 1845. Ele não eliminou o estatuto contra o intercurso anal feito consensualmente entre homens adultos, apesar de objeções de que tal ato feria os direitos de ninguém e,

por isso, não deveria ser considerado crime. A punição foi reduzida para três meses de detenção. Ainda assim, a relativa negligência com relação à sodomia nas cortes revelava mais a ineficiência do sistema legal do que uma tolerância real à homossexualidade masculina (ENGELSTEIN, 1995, p.159-60).

### **O tempo e o espaço do medo sob a bandeira escarlate: o início do governo bolchevique e a “geografia da perversão”**

Os marxistas acreditavam que a “perversão sexual” era o reino de degenerados aristocratas e pequeno-burgueses. Eles condenavam a literatura sexualmente explícita produzida após 1905 – e liberada pelo relaxamento da censura – como um reflexo da torpeza da burguesia, produto do desenvolvimento cultural e social do Ocidente que contaminara a sociedade russa (ENGELSTEIN, 1995, p.160). Além disso, a erosão da autonomia nas saunas sob a administração bolchevique forçou os homens a buscarem o contato sexual com outros homens em novos locais. Na discussão acerca da descriminalização da sodomia na Rússia, os bolcheviques decidiram eliminar a proibição de atos de homossexualidade masculina, algo que já tinha sido discutido em círculos influentes antes da revolução. Apesar do desconforto com a homossexualidade masculina, os líderes bolcheviques descriminalizaram a sodomia entre adultos no Código Penal da República Russa em 1922 como forma de dismantlar os impedimentos religiosos da época czarista e os obstáculos burgueses à livre expressão do amor sexual e romântico, enquanto a legislação moralizante na Alemanha e na Inglaterra continuava a criar obstáculos às vidas de homens homossexuais (HEALEY, 2002, p.353-4). O Código representava uma ruptura com a justiça da época czarista, mas especialistas como Engelstein (1995, p.165) vêem que o documento resultou mais do desejo dos legisladores soviéticos de reduzir a transgressão sexual à dimensão essencial, de forma que seu minimalismo refletia o desejo de limitar o número de crimes em todas as categorias específicas. As questões sexuais foram cobertas por apenas seis artigos, que penalizavam a transmissão consciente de doenças venéreas, as relações sexuais com menores, a corrupção sexual de crianças, o estupro, a compulsão da mulher a uma posição de dependência a fim de fazê-la realizar intercurso sexual contra a própria vontade e o recrutamento de mulheres para a prostituição. Contudo, a

descriminalização da sodomia na Rússia não necessariamente significava que a homossexualidade masculina deixara de ser vulnerável à perseguição.

É importante destacar o impacto negativo das políticas econômicas soviéticas sobre a subcultura homossexual masculina, pois encorajaram muitos homens a considerar favores sexuais como uma moeda de troca numa economia de permanente escassez. A deterioração da qualidade de vida dos homens nessa subcultura foi rápida depois da revolução e permaneceu mesmo depois da revitalização econômica soviética durante a era da Nova Política Econômica (1921-1929) (HEALEY, 2002, p. 366-8). Aleksandra Kollontai, comissária de Assistência Social no governo soviético e primeira mulher a ocupar um cargo de tal relevância, defendia a abolição de restrições sobre a autonomia sexual e o desenvolvimento de relações autênticas baseadas na igualdade após a eliminação da propriedade privada e do Estado que a apoiava. Porém, na sua visão, tais relações seriam desenvolvidas num estágio mais avançado da revolução, e Kollontai não falava explicitamente em favor da emancipação homossexual masculina, mas das mulheres como estudantes, trabalhadoras e mães (ENGELSTEIN, 1995, p.156).

O governo sob a Nova Política Econômica mostrou-se preparado para instrumentalizar a questão do “desvio sexual” a fim de desacreditar instituições como a Igreja Ortodoxa com a qual competia, ampliando as acusações de pederastia nessa instituição e fortalecendo as bases da campanha estatal contra a religião. A “pederastia” no clero ortodoxo era denunciada como um traço típico da cultura religiosa, e perseguidores oficiais buscavam disseminar a oposição pública à sedução de adolescentes recrutados pelo mundo homossexual “depravado” dos mosteiros e dos seminários (HEALEY, 2002, p.356). Fora do coração da União Soviética, os bolcheviques interpretavam a presença da homossexualidade masculina nas culturas transcaucasianas e centroasiáticas como uma “evidência de seu atraso”, que seria eventualmente erradicada com o socialismo (HEALEY, 2001, p.127). A “missão civilizadora” soviética nas regiões islâmicas renovava o hábito imperial de ver a sodomia como endêmica àquelas sociedades. A culpa da homossexualidade masculina naqueles locais, na visão de líderes soviéticos, vinha do isolamento e da separação social das mulheres e da criação das instituições homosociais como as casas de chá centroasiáticas, concebidas por diversos russos como “templos de criminalidade”. A sodomia foi criminalizada nas repúblicas do Azerbaijão em 1923, no Uzbequistão em

1926 e no Turcomenistão em 1927. Numa perspectiva geral, as percepções bolcheviques nesse momento foram articuladas levando em conta da diversidade do espaço que controlavam e eram governadas pela sua determinação em impor a condição do que entendiam como “modernidade” a quem o habitava (HEALEY, 2002, p.357).

A Rússia desenvolvia suas próprias tradições concebendo a homossexualidade masculina como um problema que ocorria no seu exterior, no caso as demais repúblicas soviéticas. A preservação da integridade soberana russa foi possível a partir do estabelecimento de hierarquias em circunstâncias espaço-temporalmente específicas. Nessas hierarquias, o “sujeito russo” colocava-se como centro interpretativo soberano, uma "realidade maior e privilegiada" ou uma "presença não problematizada", e o "Outro" – no caso, as demais repúblicas soviéticas e, como veremos a seguir, o Ocidente – é concebido em referência a tal centro, compreendido como uma negação dessa identidade e objetificado em um processo de produção do exterior pelo sujeito (WALKER, 2005, p.4-6). A reprodução dessas fronteiras é, nessa visão, um discurso político, que, por meio do estabelecimento de separações artificiais, impôs obstáculos entre a identidade e a diferença e serviu como um mecanismo de promoção de uma lógica totalizante, fixando referenciais e criando espaços políticos diferenciados ao recorrer à ontologia que separa Eu e Outro (WALKER, 1993; 2005). Esse paradigma disciplinou a ambiguidade e a contingência da história ao diferenciar, hierarquizar e normalizar o local em que opera e conceber a diferença como objetificada e alvo de uma ação disciplinadora por parte da identidade dominante.

Além das estratégias espaciais de segmentação, as estratégias temporais de emprego das noções de desenvolvimento e modernização cristalizam a diferença como "atraso" e evidenciam a repulsa ao reconhecimento de oportunidades de tratamento da diferença como recurso potencial, sendo inclusive negado a ela um status ontológico independente. Além de se naturalizarem as delimitações espaciais de dentro / fora, essencializa-se também a seqüência de tradição / modernidade, que espacializa o tempo e situa a diferença ao longo do espaço em "estágios de desenvolvimento" (BLANEY; INAYATULLAH, 2004, p.93-125). O território multiétnico da União Soviética englobava vários povos, sendo que alguns eram concebidos como “civilizados” e outros como pouco menos que “civilizados” em relação aos russos. Os “grandes russos” colocavam-se no topo da hierarquia étnica da civilização, e a Rússia, vista como

“jovem”, era concebida como relativamente “intocada” pela diversidade sexual. A pureza do camponês russo – que também incorporava simplicidade, ingenuidade e fecundidade para oferecer soldados ao Estado – sustentava esse mito de “inocência sexual”, de forma que tais camponeses eram vistos como “naturalmente saudáveis” e livres da “artificialidade” da diversidade sexual. Nesse sentido, os culpados pela “sodomia” e pela “pederastia” estavam localizados tanto no Ocidente como no Oriente. No “Oriente interno”, os homens “primitivos” das regiões de tradição islâmica do Cáucaso e da Ásia Central eram “vítimas” da homossexualidade não como resultado de alguma desordem biológica, mas de um “vício” universal produzido por condições sociais “atrasadas” que se viam em bazares persas, saunas e restaurantes em centros comerciais na Armênia, na Geórgia e no Azerbaijão, por exemplo, os quais abrigavam a pederastia pelo prazer e pelo dinheiro. Assim, a “civilização” e a educação poderiam erradicar esse problema, e o estabelecimento de leis contra a prostituição masculina, o assédio sexual de homens e a sodomia voluntária ou coagida auxiliariam nesse processo (HEALEY, 2003, p.1-3). Tal resposta hierarquizante e disciplinadora restringe o reconhecimento dos Outros internos e a apreciação do Eu como parte do Outro além das fronteiras (BLANEY; INAYATULLAH, 2004, p.93-100).

Essa resposta oferecida à diferença domesticamente transbordou para seu tratamento no nível internacional. No processo dinâmico de relações interculturais, configurou-se tal diferença como uma ameaça constante interdita nas fronteiras, enfrentada militarmente ou colonizada (BLANEY; INAYATULLAH, 2004, p.93-125). A defesa das fronteiras externas da União Soviética visava, assim, a preservar a diferença fora dos limites estatais. A homossexualidade masculina também era alocada pelos russos no Ocidente. A Europa Ocidental burguesa era vista como uma fonte das “doenças” da civilização como as “perversões sexuais”. Casos de homens afeminados eram concebidos como desvios da masculinidade-padrão que estavam presentes na Alemanha, na Áustria e na França, mas raramente na própria Rússia. Como as “perversões sexuais” eram vistas como elementos importados daqueles Estados ocidentais – nos quais a “ameaça” surgira e onde também era combatida, mas de forma muito ineficiente, apesar de tais Estados contarem com mecanismos repressores à homossexualidade masculina mais desenvolvidos do que na Rússia pré-revolucionária – , elas poderiam “infectar” os russos num contexto de expansão da vida urbana, no qual

cidadãos russos mais ocidentalizados estariam mais propícios ao risco de adquirir a “doença da homossexualidade”. A homossexualidade ainda era descriminalizada na Rússia, mas nem por isso era plenamente aceita. Assim, a Rússia deveria se adaptar a uma “geografia da perversão” (BLEYS, 1995), de forma que sua missão civilizadora conceberia o “Oriente interno” como um local onde a “modernização” comunista transformaria até mesmo as práticas sexuais dos povos “atrasados” do Cáucaso e da Ásia Central e seu governo controlaria as influências negativas de uma Europa Ocidental “neurastênica” e “depravada” (HEALEY, 2003, p.1-3).

Naquele contexto, muitos indivíduos que tinham orientação homossexual até conseguiam experimentar tolerância na Rússia – não necessariamente aceitação –, em especial quando conduziam funções valorizadas politicamente e demonstravam a devoção ao dever leninista e a rejeição do prazer por ele mesmo. G.V. Chicherin, comissário do povo para Assuntos Estrangeiros de 1918 a 1930, era um bolchevique homossexual cuja formação aristocrática oferecia ao regime uma face respeitável nos anos em que o país era visto como um pária na diplomacia européia. Contudo, Chicherin nunca teve peso político elevado, e sua influência declinou com a chegada de Stalin ao poder (HEALEY, 2002, p.358). Lênin gradativamente defendia uma construção racional e científica da ordem sexual na própria Rússia, tendo em vista o objetivo de canalizar energias sexuais em esforços saudáveis para a consolidação do poder do partido. Na visão dele, intelectuais no restante da Europa como Sigmund Freud desenvolviam “teorias sexuais” primordialmente hipotéticas em face da necessidade pessoal de justificar “anomalias pessoais” num “repulsivo” respeito mascarado à moralidade burguesa. Tais abordagens desviavam a atenção da causa da revolução e não teriam lugar num proletariado consciente e combativo. O prazer era concebido como um perigo que levaria o país de volta ao capitalismo, não como uma força transformacional que poderia ser usada para a causa revolucionária. Gradativamente, Lênin buscou confiar a questão da sexualidade à ciência e ao conselho de homens comunistas (HEALEY, 2002, p.354).

Após a descriminalização da sodomia, abriu-se um “vácuo discursivo” (HEALEY, 2001, p.127) em face da falta de uma linha partidária mais complexa para lidar com o tema da homossexualidade masculina dentro da própria Rússia. Em face disso, foi notória a relação crescente entre o regime bolchevique e as ciências médicas e

sociais que buscavam identificar, categorizar e analisar o fenômeno do “amor entre pessoas do mesmo sexo” entre o início da Revolução Russa e o início da era stalinista. A comunidade científica gozou de um relativo privilégio na consideração da homossexualidade masculina, num momento em que o silêncio do Código Penal sobre relações homoeróticas entre homens oferecia oportunidades para que a medicina atuasse numa área antes dominada pelas práticas policiais. Por exemplo, endocrinologistas buscavam gerar uma etiologia hormonal do desejo pelo mesmo sexo e ofereciam um caminho para que psiquiatras contribuíssem para as “ambições revolucionárias de controlar a natureza”. Psiquiatras como V. M. Bekhterev – que fora um representante do establishment médico imperial e já tratara do “problema da homossexualidade” na carreira pré-revolucionária (ENGELSTEIN, 1995, p.167) – defendiam que o sexo homossexual era “anormal” e dividiam os homossexuais em categorias: aqueles cujo desejo pelo mesmo sexo representava um “desvio curável” e aqueles cujos desejos tinham sido enraizados e eram patológicos. Gradativamente, desvios de todos os tipos tornavam-se responsáveis por quaisquer ações que entravam em conflito com os valores do regime (HEALEY, 2001, p.140-8). Elementos que eram concebidos como contrarrevolucionários não podiam ter acesso à “cura” para seu desejo por pessoas do mesmo sexo, ao passo que vários psiquiatras soviéticos que tinham contato com pacientes homossexuais “problemáticos”, mas “honestos” e “trabalhadores”, indicavam que tais indivíduos precisavam de ajuda (HEALEY, 2002, p.358).

Gradativamente, a tentativa de “limpar” o corpo social da União Soviética era parte de uma preocupação maior com a saúde coletiva em termos ideológicos e morais, que levaram a campanhas contra criminosos, prostitutas, alcoólatras e desabrigados. A linguagem dessas campanhas era formulada em termos de profilaxias biossociais destinadas a combater a disseminação de idéias e comportamentos que seriam considerados perniciosos ao bem-estar do Estado e da sociedade. Grande parte dos receios se concentrou no Exército, em que o Conselho de Médicos Especialistas concordava com a posição dos psiquiatras de que a “infecção mental entre homens” levava a conseqüências indesejáveis para o recrutamento militar e de que a sociabilidade homossexual ameaçava a higiene mental e sexual (HEALEY, 2001, p.167 e 187). Apesar de estender a assistência médica e o consentimento político aos homossexuais

“leais e trabalhadores”, o governo soviético não oferecia maiores possibilidades de expressão do desejo ou da solidariedade homossexual (HEALEY, 2002, p.359).

Nesse sentido, é possível perceber que, no caso soviético no momento em foco, a mobilização de múltiplos modos de governança cultural – como a própria medicina – como complementos de monopólios coercitivos é compreendida como um processo histórico de hierarquização entre identidade e diferença. Além disso, o conceito de poder sobre o indivíduo envolve uma dimensão expansionista e militante, de forma que o Estado, visando a proteger sua população, gradualmente percebia a necessidade de conter ameaças não só internas, mas externas (SHAPIRO, 2004, p.177-82). No caso soviético, a tarefa de “modernização comunista” liderada pela Rússia gradativamente deveria se expandir sobre o “Oriente interno” nas demais repúblicas soviéticas a fim de modificar as práticas sexuais dos povos “atrasados” do Cáucaso e da Ásia Central, mas também evitar que a “devassidão” homossexual do modelo de civilização criado na Europa Ocidental burguesa afetasse a Rússia (HEALEY, 2003, p.1-3). As delimitações estatais não são dadas ou estagnadas, mas artifícios flexíveis que preenchem uma ambição reguladora. Em seu processo de expansão, a soberania russa envolvia não apenas uma militarização expansionista e uma biopolítica de vigilância da diferença também localizada nas demais repúblicas que compunham a União Soviética, mas o apoio a múltiplos gêneros de expressão que poderiam ser mobilizados a fim de garantir as práticas que reforçavam seu poder e inibir aquelas que apontam na direção contrária (SHAPIRO, 2004, p.177-82).

Evidencia-se, assim, a ambivalência das posições bolcheviques com relação à homossexualidade masculina. Era clara uma intenção modernizadora baseada em princípios seculares, que foi responsável pela descriminalização da sodomia na Rússia e que emergia da determinação revolucionária de banir a hipocrisia burguesa e a moralidade religiosa quanto à questão sexual e do desejo de aplicar a racionalidade e a ciência a áreas ainda mais amplas da experiência humana. O regime soviético não tinha uma política articulada sobre a homossexualidade masculina, mas um resultado do acúmulo de medidas e decisões separadas tomadas por juristas, legisladores, médicos e cientistas. Porém, os desenvolvimentos posteriores desse regime revelaram-se negativos para aqueles que viam somente ganhos no experimento soviético para os homossexuais masculinos. A suspeita com que os bolcheviques e a intelligentsia russa viam o prazer

aliara-se ao estreitamento da esfera privada que acomodou as práticas homossexuais antes de 1917. Além disso, embora a atenção das autoridades soviéticas no início da década de 1920 em relação à homossexualidade masculina ainda fosse pequena, tais lideranças perseguiram intensamente a prostituição heterossexual feminina, que ocupava os mesmos espaços que diversos homossexuais masculinos nos centros urbanos. As prostitutas deveriam ser sujeitas a iniciativas de inserção de valores proletários, mas essa perspectiva de maior auxílio do Estado às “anomalias sociais” não resistiu ao Primeiro Plano Quinquenal, que concentrou esforços na supressão da propriedade individual e no aumento da produção. A “limpeza social” era cada vez mais uma extensão violenta da parte supostamente racional da engenharia social e produziu um conjunto de “identidades indesejáveis” baseadas em desvios ao “modelo econômico”. As identidades relacionadas à subcultura homossexual masculina eram gradativamente ligadas pelo governo soviético a mercados sexuais clandestinos (HEALEY, 2002, p.366-7).

### **O lado H do medo: Stalin e a contenção das ameaças externas e internas**

O governo de Stalin após a queda do “capitalismo controlado” da Nova Política Econômica representou um ponto de mudança quanto à legislação acerca dos homossexuais masculinos (ENGELSTEIN, 1995, p.155-60). Para muitos líderes soviéticos, a transformação da economia soviética de um sistema misto de mercado para uma economia declaradamente socialista não trazia uma razão óbvia para que tal processo viesse acompanhado de uma “homofobia oficial”. O primeiro Plano Quinquenal incorporou estratégias de engenharia social que conduziram à expansão da força de trabalho urbana às custas daquelas consideradas “anomalias sociais”, habitantes das cidades que conduziam “atividades indesejáveis”. Eles seriam conduzidos a uma rede de colônias agrícolas onde aprenderiam os valores socialistas e seriam canalizados em atividades econômicas nas quais aumentara a demanda por trabalhadores. Embora os homossexuais masculinos ainda não fossem definidos como anomalias tais quais prostitutas, mendigos e alcoólatras, a intolerância com as “anomalias sociais” cresceu, e estratégias mais leves foram abandonadas em face da crise social nas cidades soviéticas após o primeiro Plano Quinquenal. Milhares de camponeses iam para as cidades a fim

de escapar da coletivização tornando-se proletários, e as condições de moradia e de alimentação caíram substancialmente (HEALEY, 2002, p.359-61).

Como apontam Blaney & Inayatullah (2004, p.21-8; 32-45), a diferença é entendida no processo de construção dos Estados como elemento desestabilizador da harmonia interna. Por isso, tenta-se gerenciá-la com hierarquia, erradicação, assimilação ou expulsão numa "cruzada interna" pela unidade da comunidade política estatal com o ataque a forças não-conformadas à autoridade estatal. No caso do governo de Stalin, a necessidade de conter as "anomalias sociais" ficou ainda mais visível quando Genrikh Iagoda passou a liderar o Commissariado do Povo para Assuntos Internos (1934-1936). As discussões sobre essas "anomalias" começaram a se voltar para os homossexuais masculinos em face da exploração, pela subcultura homossexual masculina, dos espaços públicos, que se passaram a ser alvos de maior escrutínio. Muitos dos locais utilizados por homens buscando sexo com outros eram também centros de prostituição heterossexual.

Ademais, a política secreta e política do Partido Comunista soviético ligava gradativamente a homossexualidade masculina à espionagem e à contrarrevolução, e sua perseguição tornou-se parte da campanha contra elementos antissoviéticos em geral. Tal "virada antihomossexual" dera-se em resposta à suposta descoberta de redes de espionagem lideradas por nazistas alemães infiltrados em círculos homossexuais em Moscou, Leningrado e outras cidades soviéticas. Iagoda informou Stalin de que a política secreta prendera 130 homens supostamente ligados a grupos de "pederastas" cujo propósito seria construir células de espionagem nazista. Visando a uma punição exemplar, Stalin ordenou a elaboração de uma legislação contra a sodomia e foi apoiado por membros do Politburo como Lazar Kaganovich e Viacheslav Molotov (HEALEY, 2002, p.349, 361-2). Pouca ou nenhuma base para a tolerância à atividade "antissocial" parecia existir diante da imposição stalinista de uma "tirania homofóbica" (HEALEY, 2001, p.366-8; 2002, p.350).

Na linha sugerida por Campbell (1997, p.68-71), Stalin construía uma "política externa" – com iniciais minúsculas –, que se refere a uma performance política produtora de fronteiras, ou seja, a uma prática política que tornava "externos" certos eventos e atores, não apenas situados em oposição a uma entidade social que é concebida como pré-dada, mas construídos a partir de práticas que também constituem

o doméstico. No caso em foco, essa performance tornava a homossexualidade masculina “externa”, concebida como uma disfunção ou uma anomalia que acontecia em outros lugares. Ela funcionava, assim, como parte de um processo múltiplo que disciplinava a subjetividade ao inserir o homem em uma organização espaço-temporal de dentro e fora, que localizava os “perigos” – no caso em questão, a homossexualidade masculina – em termos de ameaças que emergiam de outras sociedades e cristalizava ideias que marginalizavam e excluíaam o Outro. Tinha, assim, uma função interpretativa e política particular: a preservação da integridade do Eu e o seu autoconhecimento na relação com seu próprio entendimento do que a objetividade deve ser, no caso reforçando a heterossexualidade como um aspecto supostamente natural da sociedade soviética e a homossexualidade masculina entendida como uma anomalia inerente aos Outros. Tal tratamento depreciativo da diferença, segundo a crítica de Campbell (1997), viabiliza a resolução de dilemas e contradições no enfrentamento de novas ameaças e a oferta de justificativas para a ação disciplinadora do Outro tanto externo – a rotulação dos nazistas como homossexuais e disfuncionais – como interno – os homossexuais masculinos soviéticos que deveriam ser eliminados a fim de destruir focos de espionagem nazista na União Soviética. A "Política Externa" – com iniciais maiúsculas – da União Soviética em relação à Alemanha nazista tinha base no Estado soviético e operava para reproduzir a constituição da identidade possível pela "política externa" e conter os desafios à sua identidade (CAMPBELL, 1997, p.68-71).

Na dimensão doméstica soviética, a recriminalização da sodomia na Rússia em 1934 colocava-se no contexto dos esforços do Estado na direção da eliminação de todas as subculturas percebidas como antitéticas aos objetivos da era Stalin (HEALEY, 2001). Como observa Engelstein (1995, p.169), o Comitê Executivo Central do Partido Comunista já inserira em dezembro de 1933 um estatuto penalizando as relações homossexuais consensuais entre homens. Em abril de 1934, o estatuto da sodomia previra a reclusão de três a cinco anos de qualquer homem que realizasse intercurso anal com outro homem consensualmente. O uso da força ou o abuso da posição de dependente do parceiro ampliava a pena para cinco a oito anos de confinamento (ENGELSTEIN, 1995, p.169). Apesar da preocupação inicial relacionada à espionagem nazista, poucas relações posteriores foram feitas da homossexualidade masculina com essa atividade, embora a nova lei tivesse sido apresentada para os comunistas

estrangeiros como uma medida para impedir a infiltração dos fascistas. O texto proposto por Iagoda para tal estatuto revelava uma preocupação mais doméstica que internacional e destacava que a sodomia “para pagamento, como profissão ou em público” deveria ter penalidades elevadas. Posteriormente, tais referências à sodomia paga, profissional e pública foram removidas a fim de limitar especulações internas e externas sobre sexo público entre homens e a prostituição masculina na União Soviética. A polícia política do governo de Stalin via o uso, por homens homossexuais, do espaço público das grandes cidades russas como análogo à presença indesejável de prostitutas e às atividades econômicas associadas ao comércio sexual (HEALEY, 2002, p.362-3).

O Artigo 154 do Código Penal russo – depois alterado para 121 – punia os atos sexuais entre homens e foi seguido por prisões e perseguições no ápice do terror stalinista (MOSS, 1999, p.756-7). A retórica primordial adotada pelo regime de Stalin e seus seguidores com relação à homossexualidade masculina associava-a à perversão. Em 1934, o escritor Maximo Gorki, grande apoiador de Stalin, referia-se à homossexualidade como uma forma de “sujeira burguesa” ligada à emergência do fascismo na Alemanha, que teria um efeito corruptor sobre a juventude numa terra em que o proletariado governava “corajosamente” e “de forma bem sucedida”. Na sua visão, se os homossexuais fossem eliminados, o fascismo desapareceria. O comissário de Justiça Nikolai Krylenko defendera que a homossexualidade era um resquício do “passado capitalista”, pois, naquela nova circunstância, as classes trabalhadoras acreditavam em “relações normais” entre os sexos e estavam construindo a sociedade com base em “princípios saudáveis”, de forma que nela não haveria espaço para “cavalheiros afetados”, remanescentes das classes exploradoras. Na sua visão, tais pessoas que se articulavam em lugares secretos tentavam desestabilizar as novas relações sociais que o Estado soviético estava buscando criar entre homens e mulheres da classe trabalhadora (ENGELSTEIN, 1995, p.170-2).

Krylenko defendia que a lei funcionava como um “instrumento de guerra” contra os novos inimigos agressivos da classe que tentassem desestabilizar a ordem social e como um meio de “reconstruir cidadãos” e a vida social. “Hábitos sexuais” como os conduzidos por homens homossexuais sinalizavam as intenções “antissociais” de seus perpetradores, como a contrarrevolução. Enquanto a Grande Enciclopédia Soviética de 1930 associava a homossexualidade às práticas cruéis e irracionais da burguesia, a

segunda edição denunciava a homossexualidade como uma característica da sociedade capitalista que não tinha sido penalizada e que, de acordo com “os padrões saudáveis da moralidade soviética”, deveria ser considerada “vergonhosa” e “criminosa” (ENGELSTEIN, 1995, p.170-2). A campanha antihomossexual na imprensa no início da década de 1930 durou pouco, cedendo espaço ao silêncio na metade da década. A “conspiração do silêncio” abarcou inclusive assuntos acadêmicos, como a omissão de estudos e discussões sobre cultos fálicos e a pederastia na Grécia Antiga. Tais decisões intensificaram a perseguição aos homossexuais masculinos na Rússia soviética, que não apenas temiam a chantagem, mas eram tolhidos na capacidade de desenvolver sua autoconsciência e sua identidade (KON, 1995). Vê-se, assim, que, como o Estado soviético não era “natural” justamente porque não há uma fundação “natural” da soberania, políticas como a perseguição aos homossexuais permitiam “escrever o Estado” (WEBER, 1995) soviético, criando uma prática que legitimava o poder e a soberania e consolidava ideias que segregavam a diferença presente dentro e fora dele. Shapiro (2004) permite corroborar tal visão, demonstrando que a soberania não é um conceito estável por não possuir uma significação ontológica preestabelecida: o Estado é uma construção de práticas simbólicas, ideacionais e discursivas. Sua autoridade mostra-se interpretativa e performática, de forma que “atua” visando à preservação de seu status ontológico e prático. Como sinaliza Doty (1993), o poder – no caso em foco, o do Estado soviético – operava constituindo modos particulares de subjetividade e disposições interpretativas, construindo socialmente a alteridade como marginal num discurso de poder historicamente situado.

A “virada stalinista” trouxe políticas mais repressivas em relação a diversos aspectos da vida íntima e ainda menos respeito pela privacidade, sob a crença de que a “disciplina comunista” substituiria os vestígios da “psicologia capitalista” nas classes trabalhadoras (ENGELSTEIN, 1995, p.169-72). Como aponta Shapiro (2004, p.XI-XVII), o poder implicado nos sistemas de conhecimento compõe novos objetos discursivos e locações privilegiadas a partir das quais é possível a expressão legítima e inteligível, sendo que tal poder estende-se inclusive ao corpo do indivíduo, investido por relações de dominação, como se observa no caso soviético durante a “virada stalinista”. Articulam-se, assim, projetos silenciadores de múltiplas vozes numa política totalizante, forjadas por um sistema supostamente único de significado. Tal política

agressiva visava a conter possíveis vulnerabilidades e a transitoriedade da supremacia do regime e eliminar contramovimentos que introduzissem perspectivas de mudança. As linhas divisórias que conduziam à dominação e ao absolutismo moral na rejeição do Outro eram traçadas para a proteção em relação à insegurança motivada pela existência da diferença, em particular o desejo que ela poderia provocar numa sociedade cujas lideranças naturalizavam a heterossexualidade e condenavam o prazer e a atração em relação ao Outro. A repressão stalinista procurava eliminar momentos de cumplicidade e intimidade com a diferença localizada dentro da comunidade sociopolítica, na qual a insegurança, a dúvida e o temor em relação à diferença que opera fora das regras de engajamento estipuladas configuravam-se como desafios ao poder e à autoridade de lideranças estatais sobre os indivíduos. Operavam, assim, noções cristalizadoras de política, que pressupunham a negação do Outro interior, a marginalização do discurso do Outro e a perpetuação de uma concepção autorreferencial do exercício do poder nos âmbitos tanto doméstico como internacional (DARBY, 1998, p.55-6, 71-3, 220-34).

As perseguições sob o estatuto antissodomita permaneceram ao longo do período pós-stalinista, pois, como no Gulag – sistema de campos de trabalhos forçados para criminosos e presos políticos da União Soviética e símbolo da repressão stalinista – o sexo homossexual servia como meio de conforto e como moeda corrente, os medos de que tais “perversões” (HEALEY, 2001, p.239) trazidas por aqueles libertados desses campos pós-1956 para a sociedade soviética fortaleciam a prática de vigilância sobre homossexuais masculinos. Durante o período stalinista, a União Soviética definiu-se como o país com a maior população de homens encarcerados no mundo e, dada a importância da cultura prisional para a cultura soviética como um todo, a homossexualidade masculina na prisão teve um papel importante na formação da cultura gay soviética. Nas prisões soviéticas, os homens chamados “degradados” deveriam suprir as necessidades sexuais dos demais. Se por um lado eles estavam numa posição inferior na hierarquia social, eles eram, algumas vezes, protegidos por seus amantes. Não apenas os homens presos com base no Artigo 121, mas quaisquer prisioneiros poderiam ser “degradados” pela violência sexual ritualizada por motivos que iam da perda em jogos de cartas à beleza que os tornava objetos sexuais atraentes (MOSS, 1999, p.757). Porém, não se pode perder de vista que alguns elementos que constituem a cultura gay soviética não necessariamente remetem às motivações

ideológicas do governo comunista, mas a questões práticas que emergiam do desenvolvimento do próprio regime na União Soviética. A difusão de práticas homossexuais violentas era viabilizada pela disseminação de uma imensa teia de campos de concentração, nos quais a maioria da população era masculina. Definiram-se, assim, as condições de possibilidade para a construção de parâmetros severos de dominação e submissão sexual entre tais homens, alimentando a violência que marcou o tratamento dos homossexuais masculinos na sociedade em questão.

As múltiplas identidades associáveis aos indivíduos presos pelo sistema – “antigo burguês”, “desertor da classe”, “trotskista”, por exemplo – tornam difícil estabelecer exatamente o número preciso de vítimas do estatuto antissodomia, que vigorou na Rússia até abril de 1993 (HEALEY, 2002, p.363-4). De qualquer forma, o Artigo 121 foi usado ao longo de todo o período soviético a fim de estender as sentenças prisionais e de controlar dissidentes, dentre os quais cabe citar o cineasta Sergei Paradjanov e o poeta Gennady Trifonov. A ameaça de perseguição também foi usada para chantagear homossexuais e obrigá-los a informar a polícia e a KGB (MOSS, 1999, p.757). Porém, a sobrevivência de uma subcultura homossexual masculina em Moscou durante o ápice do Terror desafia as suposições de que o regime totalitário stalinista fora capaz de preservar o controle total sobre a população soviética na metade da década de 1930 e de que homens homossexuais foram vítimas de uma suposta política extraordinariamente eficiente de policiamento pelo governo totalitário de Stalin (HEALEY, 2001, p.366-8). Locais alternativos de enunciação são contestadores da “produção estatal” e revelam que o Estado não é homogêneo ou fundacional e que as segmentações internas que o fortalecem são instáveis. Nesse sentido, a permanência da subcultura homossexual masculina demonstrava como o controle dos Estados sobre espaços e corpos foi gradualmente problematizado, e sua autoridade mostrava-se interpretativa e performática, de forma que eles precisavam “atuar” visando à preservação de seu status ontológico e prático. É visível que os aspectos coercitivos e econômicos de controle estatal foram complementados pelo gerenciamento de disposições e significados dos corpos dos cidadãos; contudo, as práticas materiais e interpretativas que sustentam metafisicamente tais Estados puderam ser desafiadas, tendo em vista que eles podem ser concebidos como processos historicamente específicos, os quais garantem sua permanência simbólica a partir de práticas

institucionalizadas. A arbitrariedade na busca de fundações espaçotemporais para esse Estado torna-se evidente na instabilidade do processo de sua construção, tendo em vista que subculturas – como a homossexual masculina no caso soviético – podem revelar a incompletude da integração nacional pela "máquina de captura" estatal (SHAPIRO, 2004, p.XI-XVII). Homens que buscavam sexo com outros homens continuaram a confiar nas técnicas de encobrimento e de “sociabilidade inocente” para mascarar seus propósitos em relação ao sistema dominante de gênero. Essa mistura de técnicas era de difícil policiamento e monitoramento. As relações criadas entre esses homens ultrapassavam as solidariedades ao partido e as diferenças em nível de educação, ocupação, status social e idade (HEALEY, 2002, p.365-6).

### **Considerações Finais**

O propósito deste artigo foi examinar criticamente a posição do governo soviético com relação à homossexualidade masculina de 1917 a 1934, desestabilizando a idéia tradicionalmente difundida de sua suposta benevolência com relação ao tema no período em questão. A descriminalização da sodomia na Rússia soviética no pós-Revolução não significou o fim da perseguição à homossexualidade masculina. Ao contrário, o mito de que a Rússia era uma nação “inocente” acerca da homossexualidade masculina paulatinamente contribuía para a constituição de uma imagem de heterossexualidade natural e pré-dada da sociedade soviética. Assim, a homossexualidade masculina – concebida como uma disfunção, uma anomalia por uma política que tornava os desafios à identidade como elementos “externos” – era paulatinamente relegada à Europa Ocidental – que transmitia “as doenças da civilização” – e ao Leste “exótico”, no qual a homossexualidade masculina era tida como fruto de seu “atraso”. A criminalização da homossexualidade masculina na Rússia na era stalinista influenciou a constituição da identidade da União Soviética como um Estado repressivo, mas a atuação do aparato homogeneizante estatal não foi totalmente bem sucedida, pois uma subcultura homossexual masculina continuou existindo na União Soviética mesmo diante do acirramento da repressão.

Mesmo após o fim dos mecanismos repressivos desenvolvidos no período em foco neste artigo, não se pode ignorar que a homofobia se mostre cada vez mais

presente na sociedade russa pós-soviética. É possível afirmar que, com a eliminação do aparato excessivamente disciplinador das práticas sexuais com a extinção da própria União Soviética, a sexualidade pôde ser expressa de forma mais ampla na sociedade russa, a qual não passou pelo gradualismo nessa abertura como o que as nações capitalistas da Europa Ocidental viveram após a consolidação da liberdade sexual desde a década de 1970. Porém, mesmo após a descriminalização do sexo consensual entre homens em 1993, Schluter (2002, p.240) argumenta que, enquanto o Ocidente parece apoiar a noção de que a comunidade gay na Rússia esteja se formando, os resultados na prática são bem variados, tendo em vista a permanência da intolerância na sociedade russa e a relutância de homossexuais russos – tanto masculinos como femininos – de se engajarem no ativismo diante das disputas internas entre as organizações existentes, da dependência dos recursos financeiros ocidentais e da falha na atração de uma quantidade significativa de membros. Porém, a deficiência maior parece ainda estar no fato de que muitos dos ativistas da primeira geração após o fim da União Soviética ainda acreditam que a luta devesse ser direcionada a partir de uma adoção acrítica dos valores e modelos ocidentais de engajamento, sem levar em conta as particularidades históricas que levaram a inúmeros obstáculos na expressão dos objetivos e dos desejos de muitos homossexuais masculinos na própria Rússia, bem como a própria heterogeneidade das múltiplas homossexualidades masculinas – e também femininas – que existem no país. O exame do período de 1917 a 1934, quando se consolidaram mecanismos de exclusão e de repressão dos homossexuais masculinos na Rússia e na União Soviética, faz-se necessário para um melhor entendimento daquelas particularidades.

### **THE COMRADE OF A NAMELESS LOVE: FEAR AND DESIRE IN THE SOVIET UNION (1917-1934)**

**Abstract:** *The aim of this paper is to propose a review of the most traditional explanations of the position of the Soviet government in relation to male homosexuality from 1917 to 1934. The central argument shows that the decriminalization of sodomy in the first years of the Russian Revolution did not mean that male homosexuality was no longer vulnerable to persecution. Gradually, the myth that Russia was an innocent nation about male homosexuality helped to build the image of heterosexuality as a universal and pure natural pattern in the social fabric. Male homosexuality was gradually relegated to Western Europe – seen as a reproducer of the "diseases of*

*civilization" – and the East, conceived as "exotic" and "backward". The criminalization of male homosexuality from Stalin's government helped to form the identity of the Soviet Union as a repressive state. However, the persistence of male homosexual subculture in the Soviet Union showed the incompleteness of the state-building apparatus.*

**Key-words:** *Soviet Union; homosexuality; state; identity.*

### **Referências Bibliográficas:**

- ADAM, B.D. **The rise of a gay and lesbian movement.** Boston: Twayne, 1987.
- BLANEY, D. L.; INAYATULLAH, N. **International Relations and the Problem of Difference.** Nova York : Routledge, 2004.
- BLEYS, R.C. **The geography of perversion:** male-to-male behavior outside the West and the ethnographic imagination, 1750-1918. Nova York: NYU Press, 1995.
- CAMPBELL, D. Foreign policy and identity. In: \_\_\_\_\_. **Writing security:** United States foreign policy and the politics of identity. Revised edition. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, p.53-72
- DARBY, P. **The fiction of Imperialism:** reading between International Relations and Postcolonialism. Londres: Cassell, 1998.
- DOTY, R. L. Foreign policy as social construction: a post-positivist analysis of U.S. counter-insurgency policy in the Philippines. **International Studies Quarterly**, v. 37, n.3, p.297-320, 1993.
- ENGELSTEIN, L. Soviet policy towards male homosexuality: its origins and roots. In: HEKMA, G.; OOSTERHUIS, H.; STEAKLEY, J. (Ed.) **Gay Men and the Sexual History of the Political Left.** Binghamton, NY: Harrington Park Press, 1995, p.155-78.
- HEALEY, D. **Homosexual desire in revolutionary Russia:** the regulation of sexual and gender dissent. Chicago, Londres: University of Chicago Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. Homosexual existence and existing socialism: new light on the repression of male homosexuality in Stalin's Russia. **GLQ: a Journal of Lesbian and Gay Studies**, v.8, n.4, p.349-78, 2002.
- \_\_\_\_\_. What can we learn from the history of homosexuality in Russia? **History Compass**, v.1, p.1-6, 2003.
- KARLISNKY, S. Russia's Gay Literature and History (11th–20th Centuries). **Gay Sunshine**, v.29/30, p.1-7, 1976.

- \_\_\_\_. Gay life before the Soviets: revisionism revised. **Advocate**, v.1, abr. 1982.
- KON, I.S. **The sexual revolution in Russia. From the age of the czars to today**. Nova York: Free Press, 1995.
- LAURITSEN, J. THORSTAD, D. **The early homosexual rights movement (1864–1935)**. Nova York: Times Change, 1974.
- MOSS, K. Russia. In: HAGGERTY, G. (Ed.) **Gay histories and cultures: an encyclopedia**. Volume 2. Nova York: Routledge, 1999, p.755-7.
- NORTON, R. **The Myth of the Modern Homosexual: Queer History and the Search for Cultural Unity**. Londres: Cassell, 1997.
- SCHLUTER, D. P. **Gay life in the former USSR: fraternity without community**. Nova York: Routledge, 2002.
- SHAPIRO, M. **Methods and Nations: Cultural Governance and the Indigenous Subject**. Nova York : Routledge, 2004.
- WALKER, R.B.J. **Inside/outside: International Relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- \_\_\_\_. The doubled outsides of the Modern International. **5th International Conference on Diversity in Organizations, Communities and Nations**. C.a.N. Fifth International Conference on Diversity in Organizations. Beijing, 2005.
- WEBER, C. **Simulating Sovereignty: intervention, the state and symbolic exchange**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

